

Problematizando paradigmas patriarcais de heroísmo: memória e discurso narrativo em “Soldados não choram”

Matteo Gigante⁷⁵
Universidade de Lisboa

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão acerca do mito do heroísmo e sobre a coercitiva construção da identidade masculina a partir do depoimento *Soldados não choram* (2008), redigido pelo jornalista Roldão Arruda para narrar das vivências de Fernando de Alcântara Figueiredo e Laci De Araújo, o primeiro casal assumidamente homossexual no Exército Brasileiro. Este relato, que apresenta analogias genológicas com o testemunho latino-americano, considera-se importante na reivindicação de instâncias políticas de revisão das instituições militares num sentido democrático. Na sua crítica dos abusos e da arbitrariedade dos poderes, refletindo sobre a quimera da perfeição e sobre as injustiças sociais, este texto apresenta, implicitamente, um novo modelo de heroísmo. Um heroísmo antiautoritário disposto a enfrentar modelos sociais excludentes, como o patriarcado, redesenhando uma masculinidade que, historicamente vinculada com o poder, gera um sofrimento externo e interno, exacerbado no contexto castrense. Neste sentido, analisaremos como determinadas instituições condicionaram o devir do protagonista que, por outro lado, apesar dos poliédricos domínios dos dispositivos repressivos, conseguiu afirmar-se como sujeito histórico resistindo às constrições sociais e representando esta resistência através da escrita desta obra, que se apresenta como uma preciosa ferramenta de reflexão sobre um micromundo militar, raramente questionado de perto.

Palavras-chave

Literatura Brasileira. Literatura de Testemunho. Masculinidades. Estudos Militares. Direitos Humanos.

⁷⁵ Doutorando em Estudos Portugueses e Românicos, com especialidade em Estudos Brasileiros, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Mitos sacralizados são retoricamente reaproveitados compondo cenários nacionais nos quais estamos catapultados ao nascer. Alberto Manguel ilustrou que: “Tal como o reconhecemos desde o momento em que nascemos, o mundo é uma biblioteca de signos, um arquivo de textos misteriosos, uma galeria de imagens incitantes, algumas arbitrárias ou casuais, outras deliberadamente criadas, que sentimos dever decifrar e ler” (MANGUEL, 2009, p. 26). Interpretando tais representações, somos adestrados a pensar que o chão do qual brotamos, regado pelo sangue dos heróis pátrios foi sempre – e sempre será – o mais glorioso. O nosso Deus é o único verdadeiro. A comida da nossa aldeia, é a mais deliciosa do mundo, os nossos compatriotas inventaram tudo, desde a roda, até o rádio, passando pela água quente e existe sempre, além da fronteira, algum povo que nos gere desconfiança, talvez em consequência de conflitos de séculos passados.

A nação funda-se a partir de princípios de inclusão e exclusão que delimitam o perímetro dos comportamentos, das qualidades e dos valores nos quais se inspira uma sociedade. Cada grupo nacional edifica-se a partir de modelos, exemplos e heróis, sujeitos idealizados cujas façanhas são enaltecidas e cuja imagem é implicitamente intangível. Boatos apontam que na França seria proibido nomear um porco de Napoleão; Giuseppe Garibaldi, descrito na Itália como “herói dos dois mundos”, é um mito sagrado ao qual são dedicadas monumentais reminiscências e referências toponomásticas. A pureza das suas gestas, extrapoladas do contexto histórico e santificadas, silenciaram para sempre, no nada, os impropérios daquele vulgo que o descrevera como um ladrão de galinhas.

Nesta perspectiva, o herói representa a perfeição, qualquer desavença ou questionamento acerca da sua biografia é enterrado e qualquer indício de contradição com as normas sociais e culturais da sua época é rasurado da historiografia, inclusive aquele eventual percalço ético ou estético, certamente instigado pelos inebriantes estímulos de algum copito a mais. A perfeição não admite fraquezas, aquele sujeito que se transforma em ícone e estátua, arte e símbolo, ficará para sempre um pouco mais elegante do que na realidade. Mostrar as contradições de um herói é como relembrar dos pecados cometidos por um santo ou revelar o imperial despudor do monarca, com a mesma genuína sinceridade da criança do famoso conto do Rei nu (ANDERSEN, 2012, p. 125). Na verdade, sem querer ofender ninguém, admitimos que os heróis e os

mártires de todos os tempos foram, inegavelmente, seres humanos, por isso permeados pela imperfeição. Então, talvez o problema não seja a imperfeição, mas as normas sociais e morais, que, pela própria amplitude, arbitrariedade e artificialidade são impraticáveis na íntegra.

“De perto ninguém é normal” (VELOSO, 1986), entoava Caetano Veloso, talvez porque cada ser humano, ao se descobrir como tal, contradiz alguma norma ditada e imposta por outros. Procurando desviar nosso caminho deste discurso tendencialmente infinito, dentro das normas historicamente impostas, identificamos um conjunto de símbolos práticas, preceitos e postulados, naturalizados, que definimos patriarcado.

Desde a Roma antiga até a nossa contemporaneidade este sistema, criado pela manutenção do poder, baseado na segregação de parcelas da sociedade, continua sendo hegemônico. Tal hegemonia reconfigura-se, enquanto herança de povos antigos, como os latinos, também em sociedades colonialmente influenciadas por uma interligada moral judaico-cristã, como a brasileira. Segundo Simone Conti de Oliveira o patriarcado seria um: “conjunto de regras estabelecidas por um homem branco e heterossexual – que provém do autoritarismo, pois segrega grupos excêntricos (negros, homossexuais e mulheres) por ameaçarem a ordem das leis” (OLIVEIRA, 2017, p. 83).

Apesar disso, desde a sua fundação o sistema patriarcal alicerçou-se na imperfeição e na contradição dos seus próprios supostos ditames. Os heróis da Roma antiga surgiram numa sociedade na qual a virilidade era um valor central (CANTARELLA, 2017). Esta virilidade era o resultado de rituais, gestos e ornamentos que assumiam um caráter essencialmente estético (POSSAMAI, 2010, p. 83).

Do ponto de vista ético, a homossexualidade não era concebida como antítese, mas como ênfase da virilidade. Como no mundo helénico, “não existia a dicotomia heterossexual-homossexual, mas sim a que contrapunha o comportamento ativo ao passivo” (POSSAMAI, 2010, p. 82), num contexto social no qual a bissexualidade era a norma. Porém, a sociedade romana discriminava a passividade, culturalmente interpretada como subordinação (GUASCH, 2006, p. 37).

A passividade era escarnecida porque associada à fraqueza e à feminilidade, num contexto no qual, por outro lado, célebres heróis teriam sido bissexuais e notoriamente passivos (CANTARELLA, 2017, p. 200). Bravos guerreiros e imperadores, imortalizados nas mais majestosas esculturas da Roma Antiga, foram bissexuais e passivos. Por exemplo César, segundo refere Bíbulo, ganhou o apelido de

“rainha da Bitínia” (CANTARELLA, 2017, p. 200, tradução nossa), tendo entretido um famoso relacionamento com o Rei Nicomedes da província romana da Bitínia.

Por sua vez, Augusto, fundador do Império Romano, era descrito por Pompeu como afeminado tendo sido, segundo seu colega triúviro Marcantonio, amado de César e tendo-se prostituído, segundo L. Antonio, com Aulo Hircio, na península ibérica, por trezentos mil sestércios (CANTARELLA, 2017, p. 203)⁷⁶. Neste panorama, segundo comprovam diversas fontes, dentre dos primeiros quinze imperadores romanos, somente Cláudio teria sido exclusivamente heterossexual (CANTARELLA, 2017, p. 207).

Tal dicotomia ativo-passivo, já presente na cultura latina e transposta nas interpretações da homossexualidade em várias culturas, apresenta-se novamente como falaciosa e inconsistente, apesar da sua perpetuação na tradição brasileira.

[...] em atividades eróticas homossexuais tradicionais, o *homem*, ou, na gíria, o *bofe*, assume o papel “ativo” no ato sexual e pratica a penetração anal em seu parceiro. O efeminado (*bicha*) é o “passivo”, o que é penetrado. A “passividade” sexual desse último atribui-lhe a posição social inferior da “mulher”. Enquanto o homem “passivo”, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do *homem*, que penetra, não o é. Desde que ele mantenha o papel sexual atribuído ao homem “verdadeiro”, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu *status* social de homem. (GREEN, 2000, p. 28, grifo do autor).

Resquícios deste modelo hierárquico, como veremos, transparecem no testemunho *Soldados não choram*, publicado no Brasil do século XXI. Lançado em 2008, redigido pelo renomado jornalista Roldão Arruda em colaboração com o corajoso ex-sargento Fernando de Alcântara Figueiredo, o depoimento narra experiências da vida do militar, revelando-se precioso e emblemático de numerosos pontos de vista.

Primeiramente, porque relata, em primeira pessoa, a história do primeiro casal assumidamente homossexual no Exército Brasileiro. Em segundo lugar porque denuncia a homofobia e as práticas arbitrárias, violentas e de teor tirânico, ainda presentes nesta estrutura e na sociedade brasileira. Em terceiro lugar, porque, como veremos, este testemunho propõe perspectivas de mudança que concernem tanto à instituição militar, bem como à sociedade em geral, instigando uma reflexão acerca da redefinição do conceito de heroísmo, numa sociedade contemporânea que precisa enfrentar os desafios da democratização e da construção de uma convivência mais

⁷⁶ Na Roma Antiga, a prostituição masculina dos “*scortum*” era uma profissão socialmente aceita e bem mais lucrativa do que a feminina (CANTARELLA, 2017, p. 135).

pacífica, inclusiva e plural, visando à concretização e ao cumprimento do abstrato conceito de direitos humanos.

Na formação do protagonista Fernando concretizam-se três emblemas tradicionais, que se revelaram perniciosamente reaproveitados pela implementação e a manutenção de numerosos regimes reacionários: Deus, Pátria e Família.

O contexto no qual Fernando nasceu estava condicionado por uma profunda religiosidade, que acompanhou o seu devir, visceralmente permeado por um sentimento de culpa católico. Como referido pelo protagonista:

Minha casa cheirava a religião. Quando meu pai ficava desempregado, rezávamos para que encontrasse outro emprego. E acho que éramos atendidos, porque ele nunca ficou parado por muito tempo: era despedido de um lugar e logo encontrava outra vaga, sempre na área de construção, como ferreiro armador (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 50).

Até a adolescência, Fernando sentiu-se acolhido pelo ambiente eclesiástico, cumprindo todos os sacramentos e pensando até em se tornar padre. Figuras do clero local, como o bispo de Recife D. Hélder Câmara, eram um exemplo para o jovem, em vista do próprio comprometimento com a justiça, tendo resistido à ditadura militar e tendo demonstrado uma “absoluta falta de medo dos poderosos” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 53). O ex-sargento sente-se ainda inspirado por esta personagem embora atualmente se defina “espiritualista, de tendência católica” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 53), admitindo que, este culto, obriga os seus adeptos a “aceitar dogmas sem perguntas” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 54). A formação religiosa, entremeada por mecanismos de culpa e de pecado, fundia-se com a sua educação familiar e formal.

Uma instituição que deveria incentivar a procura do conhecimento, mas que se apresentou como coercitiva, foi a Escola. Fernando descreve que: “[a]lém da culpa católica, o ambiente onde cresci também era repressivo, obscurantista. Tomei as primeiras porradas na vida – literalmente – na primeira escola que frequentei, aos cinco anos, para ser alfabetizado” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 54). Embora não fosse amiúde vítima de castigos corporais, o protagonista presenciava a constante punição física dos seus colegas que gerava um clima de repressão que se perpetuou, de forma distinta, em outro excelente colégio público, onde prosseguiu seus estudos. Cada manhã, como pequenos soldados, os meninos entoavam as estrofes: “marcha soldado, cabeça de papel, quem não marchar direito vai preso pro quartel” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 56). Sucessivamente, prestavam continência às bandeiras, entoando

o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e o Hino do Estado de Pernambuco: “Lá não tinha palmatória, mas os gritos, puxões de orelha e beliscões faziam parte da rotina” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 56). Tais punições corporais, com as quais a mãe tinha sido educada, eram tradicionalmente perpetuadas dentro do contexto familiar.

Simultaneamente, o pai, acostumado a trabalhar desde a infância, enfatizava a sua autoridade através da dureza, escondendo seus sentimentos. Como interpretado por Oscar Guasch esta característica, designada como “analfabetismo emocional”, revela-se evidente entre os machos, que perceberiam a proximidade emotiva, a sensibilidade e a capacidade narrativa como sintomas de fraqueza (GUASCH, 2006, p. 17).

Este contexto familiar era inspirado por uma lógica patriarcal clássica, impedindo que a mãe trabalhasse fora de casa e fazendo com que o pai, sobrecarregado pelo duro trabalho, fosse o único provedor da família. Neste ambiente a sexualidade foi percebida como tabu e pecado, principalmente durante a infância.

A descoberta dos prazeres do autoerotismo misturou-se com o sentido de culpa cristão. Ao longo do sacramento da confissão o sacerdote indagava insistentemente se o menino tivesse praticado tais atos, considerados impuros, traduzidos na linguagem popular com o vocábulo “safadeza” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 54).

Além disso: “quando descobri a minha atração por homens, a coisa foi pior. Olhar para um homem com desejo, com vontade de tocá-lo, era um pecado gravíssimo e sem perdão” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 54). Consequentemente, no seio da sua família nordestina assistia-se a uma “preocupação muito grande de fazer o garoto virar homem” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 70). Aos dez anos, quando apenas pensava em brincar e na idealização de relações platônicas, refere Fernando, “um dos meus tios começou a insistir na idéia de que era preciso me levar a um prostíbulo” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 70), enquanto “[h]oje as pessoas ficam espantadas [...] no meio em que eu vivia isso era comum. Meninos mais ou menos da minha idade já se gabavam de ter sido iniciados sexualmente” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 71).

Felizmente tais desígnios familiares não se cumpriram. Contudo, aos quinze anos inaugurou a sexualidade, com uma amiga da sua mãe, de pelo menos o dobro da idade. Esta experiência, descrita como horrível – já consciente pela sua atração exclusiva pelos varões – fez com que se sentisse invadido e com dificuldade nos

relacionamentos durante muito tempo, até encontrar o seu parceiro Laci, colega no Exército com o qual foi dividir um apartamento (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 72).

Também nordestino, de Natal, Laci – criado pelos avós após o homicídio do pai –, teve uma formação mais liberta de culpas e de pecados, tendo como amigo, desde a infância, um vizinho assumidamente gay. A sua adolescência foi repleta de aventuras, com homens e mulheres. A sua primeira experiência homossexual aconteceu na casa de banho da escola, por iniciativa de um colega, “Laci soube anos depois que esse colega se casou, teve filhos e virou pastor” evangélico (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 120).

Dentro do Exército os dois militares conviveram com muitos homossexuais enrustidos. Durante o seu serviço na PM de Natal, Laci apercebeu-se que alguns policiais prostituíam-se esporadicamente, “[a]lguns aceitavam tranqüilamente, sem nenhuma preocupação com relação a comentários sobre sua possível homossexualidade, porque diziam sempre que desempenhavam o papel de ativos. Na cultura local, veado é o passivo, nunca o ativo” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 121). Neste sentido, relembramos a já apresentada percepção social pela qual, tradicionalmente, o estigma estaria vinculado essencialmente à passividade, culturalmente associada à efeminação.

Durante o seu adestramento militar, na aeronáutica, Fernando encontrou “muita gente boa, esforçada, qualificada, capacitada [...] Mas ali também imperavam o autoritarismo e os abusos” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 75). Fernando relata que, dentro do Exército – tanto na escola de aviação de Jordão em Recife, bem como na Académia das Agulhas Negras de Juiz de Fora –, principalmente na primeira fase da arregimentação, os recrutas eram submetidos a impropérios e punições por razões não esclarecidas, com o intuito de submeter os soldados ensinando-lhes o inquestionável peso de uma hierarquia amiúde arbitrária. No marco da leitura das Forças Armadas como “instituição total⁷⁷”, teorizado por Erving Goffman (1974) Sílvio José Benelli analisa que:

As pessoas podem decidir, voluntariamente, ingressar numa instituição total e depois lamentarem a perda da livre iniciativa e da possibilidade de tomarem decisões importantes na vida. [...]. Pensamos que isso ocorre, de algum modo, com aqueles que procuram instituições fortemente hierárquicas, tais como o exército e a polícia. Nessas organizações, a formação se dá em

⁷⁷ “[...] local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1974, p. 11).

regime de internato temporário e a obediência aos superiores é a regra de ouro: não é preciso pensar muito, basta obedecer (BENELLI, 2014, p. 37).

Em contrapartida o ex-sargento atribuiria à instituição uma vocação educacional e ética, que aliás, segundo a interessante dissertação sobre o tema, de Juliana Cavilha Mendes (MENDES, 2002, p. 38), caberia entre as suas funções:

Página | 131

Um grande contingente dos jovens que passam pelas Forças Armadas acaba permanecendo ali por períodos em torno de seis anos. Se a instituição estivesse mais bem preparada para receber esses jovens, poderia cumprir o principal papel que lhe cabe num país como o nosso, que vive em paz: oferecer a eles a oportunidade de uma boa educação e condições para enfrentar melhor o futuro, além de valores éticos e cívicos. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 83).

Por meio destas afirmações e após uma interpretação geral do depoimento do ex-sargento Fernando percebemos que o protagonista entende as Forças Armadas como instituições ao serviço da democracia e do povo. Oriundo de um contexto proletário do nordeste brasileiro, desde 1991 Fernando decidiu prosseguir a carreira militar com o objetivo de estudar e de ter uma profissão, confiando na correspondência entre as Forças Armadas e os valores democráticos da Constituição Brasileira e esperando encontrar um clima de solidariedade (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 63).

Em contrapartida, no quartel “[e]m vez de camaradagem e apoio, encontrei um ambiente marcado por humilhações, grosserias, constrangimentos. Em mais de uma ocasião me peguei pensando em desistir. Não o fiz com medo de decepcionar minha família” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 64). Durante a seleção, designada como “quarentena”, os recrutas eram chamados a comprovar a própria aptidão profissional, psicológica e física ao serviço: “no entanto, os únicos critérios que pareciam importar eram: quem é capaz de obedecer de maneira mais cega e de suportar mais humilhações?” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 66). O protagonista repara que amiúde esta instituição apresenta-se como um “mundinho à parte, com a realidade distorcida por um código que já caducou” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 136). Entretanto:

As Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e devem estar intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e de soberania [...] se um país estabelece o alinhamento das Forças Armadas ao poder civil democrático, as Forças Armadas devem expressar o perfil da sociedade à qual servem e obedecem (D’ARAUJO, 2003, p. 71).

Observando estes fatores, segundo a análise desta autora, tais instituições públicas, que devem responder à cidadania, ao estado, à democracia e aos seus interesses precisam de representar os mais variados setores sociais, integrando pessoas de todos os perfis, gêneros e orientações sexuais. Esta pluralidade, como demonstrado em numerosos estudos acadêmicos – realizados principalmente em países europeus e da América setentrional – seria fundamental para impedir escarnecimentos homofóbicos e machistas nestas instituições, diminuindo, além disso, significativamente, situações de assédio físico e psicológico (D'ARAUJO, 2003). Apesar disso, no Brasil existem reticências na incorporação, principalmente de pessoas assumidamente homossexuais, nestas instituições, por questões culturais – ligadas à homofobia – e por serem, estes comportamentos sexuais, preconceituosamente tachados de incontroláveis e intempestivos (D'ARAUJO, 2003, p. 80). Do ponto de vista legislativo – o artigo 235 do Código Penal Militar, que pune atos libidinosos no contexto militar – até a sua parcial emenda de 2015, sancionava penalmente, discriminatoriamente, o “crime de pederastia”, fazendo explícita menção à homossexualidade (VECCHIATTI, 2018, p. 460).

Relativamente ao argumento, Fernando afirma que, apesar dos homossexuais serem preconceituosamente associados à promiscuidade, dentro do Exército nunca assistiu a nenhum tipo de ato ou iniciativa lasciva por parte de homossexuais. Nesta vereda, o protagonista relembra de um dia no qual, durante o seu trabalho de sargento, sentiu atração por um colega, delegando provisoriamente as suas funções para um cabo:

Hoje consigo ver que agi como profissional: no instante em que percebi que minha tarefa era prejudicada, passei o apito. Na entrevista na TV, a Luciana Gimenez fez uma pergunta sugerindo que um homossexual não poderia cuidar de uma tropa de homens porque estaria sempre enfrentando tentações. Isso é bobagem, preconceito. Se fosse verdade, nenhum hétero poderia seguir carreira de médico ginecologista, não existiriam mulheres militares comandadas por homens, nem treinadores masculinos de times femininos de voleibol, basquetebol, qualquer coisa assim. Os bons profissionais sabem distinguir os limites entre o profissional e o pessoal. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 130).

Efetivamente, como já visto e corroborado, a presença de homossexuais nas Forças Armadas reduziria situações de assédio em vez de aumentá-las.

Por outro lado, Fernando afirma que:

A divisão em castas influi até na questão do tratamento que se dá aos homossexuais. Se descobrem que um pracinha é homossexual, vão expulsá-lo rapidamente. O mesmo acontece com cabos, sargentos e até com aqueles oficiais que não são os de carreira. É claro que existe um o outro comandante mais tolerante, mas essa não é a regra. Se for um oficial de Agulhas Negras, no entanto, a tolerância fica mais elástica. No caso dos homossexuais que têm

vida dupla, ou seja, que constituem família e se relacionam com outros homens, todo mundo faz vista grossa. Nos anos da vida militar em Brasília, sofri de assédio sexual de vários oficiais – que se sentiam em direito de fazer isso com seus subalternos quando descobriam que estes eram gays ou bissexuais. O curioso é que eram todos casados, alguns já com netos, e se proclamavam heterossexuais. Nunca fui assediado por um oficial que fosse homossexual assumido. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 92).

No entanto, os ataques e a perseguição disciplinar e jurídica do casal dentro do Exército não foi oficialmente motivada por questões relacionadas à sexualidade. Os atritos entre o casal e a instituição começaram quando Fernando, que trabalhava num Hospital Militar, denunciou formalmente um esquema de desvio de dinheiro público através de compras suspeitas. A partir da divulgação desses episódios através da imprensa, o casal, cuja brilhante carreira tinha sido isenta de providências disciplinares, começou a ser vítima de repercussões. Laci foi condenado por uma deserção, motivada por uma baixa de oito dias, justificada por certificados médicos, enquanto o soldado estava afetado por uma doença degenerativa, com suspeitas de outros problemas de saúde. Laci recebeu a pena mínima, tendo recebido o *habeas corpus* do Ministro do STF Gilmar Mendes, chegando, afinal, a sessenta dias de detenção (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 186 - 191). Três dias depois da detenção de Laci, como referido pela revista *Época* (2017), também Fernando será detido, por oito dias, pelo crime de “transgressão disciplinar” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 166). A situação política que o Brasil estava a viver na altura fez com que esta situação se resolvesse através de uma mediação institucional, no qual representantes do executivo e do legislativo, principalmente do Partido dos Trabalhadores, fizeram pressão para garantir o respeito aos direitos humanos.

Contudo, no depoimento Fernando denuncia atos de tortura e intimidação contra Laci, a arbitrariedade do julgamento e o medo de enfrentar-se com uma instituição que, num passado recente, foi artífice de um regime ditatorial genocida no qual foram sistematicamente violados os mais básicos direitos humanos. As vítimas do terrorismo de Estado perpetrado naqueles anos sombrios ainda clamam por justiça.

Enquanto os torturadores, ainda soltos e anistiados, ficaram geralmente impunes e integrados nos respectivos lugares, muitos cidadãos que ousaram desafiar a barbárie do regime encontram-se, ainda hoje, desaparecidos.

Ninguém disse para onde iríamos. A desinformação era angustiante. Lembrei de mais histórias que eu ouvira, essas datadas dos anos 1970, os anos mais duros da ditadura militar, quando inimigos políticos do regime eram embarcados em helicópteros militares para serem jogados no mar. É claro que a situação política do Brasil agora era muito diferente e não seria tão fácil cometer atos como aqueles. Mas [...] eu passara a desconfiar que a

instituição estava ignorando a opinião pública. Cheguei a pensar que não sairíamos vivos. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 33).

Tal preocupação viu-se reforçada pelos relatos da detenção do soldado Laci, escoltada por um conspícuo grupo de militares:

– Eles me bateram! Vão acabar comigo, Alcântara! – foram as primeiras coisas que ele disse, chorando. Contou que fora espancado no percurso entre o Hospital Geral e a carceragem, enquanto estivera sob a guarda de oficiais e praças do Pelotão de Investigação Criminal da PE. Puseram um saco de plástico na cabeça dele e esmurraram a base do estômago. Também tiraram seus sapatos e bateram na sola dos pés com um pedaço de madeira (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 46).

Página | 134

Como narrado por Fernando no depoimento, durante o adestramento no quartel os soldados receberam aulas “aprendendo a obter confissões sob tortura e sem deixar vestígios no corpo do torturado” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 85). Portanto, a preocupação do soldado é obviamente justificada e fundamentada.

Rodeado por tamanhas irregularidades e crueldades, Fernando decidiu participar numa conferência pelos direitos LGBTQI+, onde testemunhou publicamente o acontecido: “Quando lembrei as cenas da tarde, do Laci gritando que havia apanhado, não me controlei e chorei. Chorei de novo. Quem inventou que homem não chora? Que soldado não pode chorar?” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 48). A dor e o medo são sentimentos eminentemente humanos, emoções que transparecem através do corpo, apesar das constrições sociais indicarem que: “*El varón debe ser fuerte, no tener miedo, no expresar sus emociones ni llorar, salvo en situaciones en que llorar refuerze su hombría*” (GUASCH, 2006, p. 28). Segundo o protótipo mitificado do combatente: “*Las pasiones debían estar bajo control; un hombre de verdad no lloraba de dolor ni derramaba una sola lágrima, ni siquiera por los camaradas caídos*” (MOSSE, 2000, p. 131). Assim, como visto, este gesto ontológico, que intitula o depoimento de Fernando, representa uma transgressão perante uma visão hegemônica de masculinidade.

Tal inconformidade perante o imaginário normativo de heroísmo masculino soma-se à homossexualidade que, como visto, dentro da visão patriarcal seria preconceituosamente associada à fragilidade, ao medo e à feminilidade. Se “a virilidade tem de ser validada pelos outros homens” (BOURDIEU, 1999, p. 44), constituindo-se como um mecanismo *relacional*, no contexto militar enfatiza-se a sua rigidez adquirindo uma conotação “*situacional*” específica, que requer a sua exacerbação (GUASCH, 2006, p. 34). Neste sentido, observamos algumas coincidências entre o treinamento narrado por Fernando e o dos colegas do exército estadunidense:

Os recrutas são submetidos a um regime que muita gente, ainda hoje, considera desumano: disciplina de ferro, conformismo extremo, treinamento físico estafante, zombarias e humilhações dirigidas aos novos recrutas, que mal conseguem dormir e comer. Tratados como “estúpidos” e “maricas”, eles são obrigados a sofrer inúmeros trotes sem reclamar. Estas são as condições para o nascimento de um novo homem, um homem de verdade, livre de toda contaminação feminina. [...] Homofobia e misoginia fazem parte da filosofia dos marines norte-americanos, que dizem sem pestanejar: “Quando você quiser criar um grupo de matadores, mate a mulher que há neles”. (BADINTER, 1993, p. 78).

Como observado, a ira de alguns generais foi essencialmente provocada pela denúncia, da qual Fernando participou, de um esquema de corrupção. Nesta situação, segundo algumas altas patentes, o comportamento correto, do ponto de vista disciplinar, teria sido calar e obedecer, deixar que o dinheiro público, investido no Hospital Militar, fosse dissipado de forma arbitrária, fazendo vista grossa perante às irregularidades sistemáticas, em nome da deferência ao sistema hierárquico.

Contudo, uma gravação de um general de Brasília, anexada nas atas do processo, comenta os eventos vividos pelo casal de militares da seguinte forma:

Quem que pôs o Alcântara e o De Araújo no Hospital? [...] Joga no hospital e hoje tá sacaneando todo o mundo e nós deixamos, você entendeu? Peraí, um veado, o outro é que come veado. Moram juntos. Eu tenho que comprovar isso [...] Dei uma detenção, agora eu tô querendo dar prisão, mas tá com dispensa médica, não consegui pegar esses caras, ficamos refêns desses canalhas... Você não pode dar prisão de cara, o cara nunca teve punição, agora dou quatro dias de prisão de cara, qualquer juiz diz assim: “Cadê a gradação, se o cara é excepcional? [...] Os caras devem estar rindo. A gente manda o agente sindicante na casa do De Araújo, ele não abre a porta [...] No velho Exército que você começou a tua vida a gente dava uma porrada e pegava à força. Agora não, tem ação de domicílio [...] Aqui em Brasília, aqui em Brasília é foda [...] Que saudade dos velhos tempos, você metia o pé na porta [...] (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 156).

Este hediondo trecho evoca cenários distópicos que, infelizmente, ainda subsistem na realidade. Por um lado, sugere a arbitrariedade pela qual o militar teria a autoridade de determinar a detenção do soldado – como se fosse de sua competência – demonstrando o seu macabro saudosismo por um período de repressão e tirania.

Por outro lado, mostra vulgarmente o seu preconceito em relação à sexualidade dos dois militares – como se fosse de sua competência – vaticinando demonstrar a homossexualidade dos soldados, como se esta questão tivesse alguma pertinência no julgamento. Além disso, completando o panorama nefasto, como na supramencionada descrição da visão social da homossexualidade brasileira tradicional, o general parece interessado na indagação dos papéis sexuais dos soldados.

O supracitado enunciado demonstra, mais uma vez, como o preconceito condicionou este processo no qual os soldados, cuja trajetória profissional foi

impecável, foram condenados por crimes sentenciados de forma persecutória, por razões alheias àquelas atribuídas na sentença. Apesar do fato que – graças à mediação institucional – os soldados não permaneceram muito tempo presos, a questão considerase grave.

Em primeiro lugar porque o soldado Laci foi torturado. Em segundo lugar porque, como referido por Fernando “[o] processo e o julgamento foram mais do que sumários” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 166) e em terceiro lugar porque, de fato, esta estratégia inquisitorial foi arquitetada como vingança com a finalidade de difamar e intimidar um casal de soldados que tinha ousado delatar um esquema de corrupção.

Eles o prenderam por ser o elo mais fraco da dupla, devido à enfermidade. Na verdade, a ira dos militares surgiu por minha causa, por acharem que eu era o autor das denúncias anônimas sobre corrupção. Ela só aumentou quando assumimos a relação homossexual, quando aparecemos na capa da revista, quando continuamos insistindo que existiam irregularidades nas compras e quando começamos a lutar pelo direito de Laci a ausentar-se do trabalho por causa de sua doença. O que fizeram? Dispararam contra o ponto mais fraco da frente inimiga. O Laci já vinha respondendo a processos disciplinares, por causa das perseguições do tenente que não gostava dele. É uma tática conhecida no meio: o militar que promove denúncias contra seus chefes deve ser desqualificado e execrado como indisciplinado. Iriam tentar desacreditar o Laci. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 167).

Como observado, a estratégia empregada pela instituição foi de difamar o casal promovendo, contra eles, ações disciplinares. Contudo, o trabalho desenvolvido por Fernando no hospital o fazia sentir útil à sociedade apesar do autoritarismo vigente também naquele meio “No Exército muitas pessoas confundem respeito à hierarquia com vassalagem e escravidão; acham que respeito se conquista pelo medo, nunca pelo exemplo, pela lisura, pela firmeza” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 137).

Assim, o pânico de serem expulsos da carreira – deixando desamparadas as respectivas famílias – reinava, fazendo com que se mantivessem mecanismos autoritários que inspiraram a realização desta obra, que responde essencialmente à necessidade de denunciar a situação de injustiça vivida pelo casal. Algumas entrevistas avulsas em jornais e revistas já tinham apresentado detalhes desta história, que, entretanto, merecia ser descrita de forma mais ampla e argumentada. Por meio de uma estrutura concisa, composta por breves capítulos intitulados, o livro apresenta-se como um relato da vida dos ex-soldados, principalmente de Fernando, enfatizando as questões da educação e do treinamento recebido no Exército. O narrador autodiegético, Fernando, descreve os relatos que, porém, foram reelaborados em coautoria com o jornalista Roldão Arruda.

A obra, que apresenta amiúde diálogos e sentenças breves do cotidiano, incorpora um registro popular e um léxico da oralidade, às vezes parafraseado, resultando num relato em estilo jornalístico bem escrito, acessível e denso. Os fatos narrados são rigorosamente reconstruídos e inseridos no contexto das memórias dos protagonistas que demonstram sensibilidade, consciência crítica e uma conspícua erudição.

Portanto, ao lado da exposição da realidade factual são formuladas propostas concretas de transformação social, inspiradas por um genuíno espírito democrático que, acreditando na competência de muitos militares, visa criticar elementos de prepotência, de corrupção, de violência e uma configuração hierárquica que pode, como nas circunstâncias narradas, proporcionar consequências nefastas para a instituição e para a sociedade na sua globalidade. Por isso, condena-se a exaltação e a justificação de um uso indiscriminado da violência que provoca dissabores e tragédias tanto na sociedade, bem como no próprio contexto militar. Neste sentido, os soldados são observados e representados enquanto seres humanos, trabalhadores que, através do próprio serviço, procuram alternativas de existência e a construção de uma carreira desejando, no caso do casal de protagonistas, um Brasil mais próspero, solidário e plural.

Definindo-se como depoimento o texto foi elaborado por meio de uma técnica típica dos testemunhos latino-americanos. Nesta técnica, como descrito por Jaime Ginzburg (GINZBURG, 2016, p. 289), os relatos são gravados numa fita e transcritos, acrescentando posteriormente detalhes e documentos que demonstrem a veracidade dos fatos. Durante o processo criativo, o jornalista colocou a sua arte ao serviço do narrador, pretendendo informações mais detalhadas acerca das personagens públicas mencionadas: “Fernando e eu tínhamos alguns pontos de tensão quanto à linha narrativa. No olho do furacão, ele dava destaque a ataques diretos aos militares e à estrutura em que vivem. Eu queria mais fatos, mais histórias” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 196).

Apesar dos lugares de fala dos coautores serem diferentes o jornalista conseguiu captar fielmente as emoções do narrador transmitindo para o leitor a sua visão do mundo e narrando a história de forma eficaz. No entanto, percebemos que a voz do soldado Laci, apesar da sua vocação literária, fica impedida de transparecer diretamente na narrativa, em consequência da sua prisão.

Efetivamente, uma das razões que motivaram o depoimento foi comprovar a iniquidade do julgamento do soldado, os problemas vividos na cadeia e, sobretudo, no momento da detenção. No livro são transcritos alguns poemas redigidos por Laci na penitenciária, contudo, a maioria deles ainda continuam inéditos.

Pela sua vocação entendemos que nesta obra a escrita apresenta-se como um ato de resistência que se desdobra por múltiplos caminhos. Resistência de Laci durante o cativeiro, resistência perante as injustiças do poder e resistência às normas sociais que, desde a infância, pretenderam privar os protagonistas da liberdade de construir uma existência que refletisse seus sentimentos, seus percursos e suas genuínas essências.

Mediante esta obra, que podemos classificar como testemunho pela sua linguagem jornalística, pelo frequente recurso ao discurso direto e pela constante apresentação de fontes, como fotografias e documentos que comprovam a autenticidade dos relatos (DASSIN, 1992, p. 163), o protagonista consegue dar um importante passo à frente no seu devir. Através do testemunho, recurso descrito como revolucionário por Paulo Freire, Fernando consegue desafiar o medo projetando-se como sujeito histórico (FREIRE, 1985, p. 207). Além disso, este testemunho consegue introduzir o leitor, num contexto muitas vezes inquestionado. Assim, esse depoimento cumpre com os desígnios descritos por Antonio Gramsci, apresentando-se como ferramenta na análise da realidade histórica e na reivindicação de transformações políticas (GRAMSCI, 2007, p. 126 - 127).

Neste sentido pode ser interpretado como um ato de resistência, porque, como na famosa definição de Alfredo Bosi, o protagonista consegue ultrapassar a realidade histórica e social que o rodeia e “em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições” (BOSI, 2002, p. 134). Entre as construções sociais que o protagonista desafia através do relato da sua história encontra-se o patriarcado, que se manifesta entremeando-se em múltiplos dispositivos como: a Igreja, a Família, a Escola e o Exército.

Dessarte, no desfecho do depoimento intui-se que a coragem de Fernando foi reconhecida, mesmo que de uma forma inesperada e singular.

O pai de Fernando, que soube da homossexualidade do filho através da imprensa e que nunca foi capaz de expressar seus sentimentos, deixou de falar com ele:

Não quis mais falar comigo. Passou semanas afastado. Até que um dos meus tios lhe disse um dia que admirava minha coragem e que ele devia se orgulhar de ter um filho tão... macho. Meu pai não esperava um comentário como aquele. Ruminou, ruminou mais alguns dias o pensamento desse meu tio, e decidiu me ligar. Para dizer que me amava e que estaria sempre ao meu lado. Não. Não falou nada sobre o caso com Laci, não disse palavra sobre homossexualidade. E acho que nunca vai falar. Mas isso não importa. Sei o quanto foi difícil para ele chegar ao ponto que chegou. E vou sempre admirá-lo por isso. (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 192).

Será esta macheza, evocada pelo tio, uma redefinição e reconfiguração de masculinidade e de um heroísmo compatível com as instâncias do século XXI?

Esta nossa época deambula entre ruínas e catástrofes, muitas vezes provocadas pela crueldade de umas certezas simplistas, de umas verdades mitificadas e inquestionáveis, e de umas normas emanadas do alto. Os algozes de todos os tempos apenas cumpriram ordens, foram eficientes funcionários de um sistema de extermínio patrocinado pelo poder. As maiores atrocidades da nossa história, os genocídios, as inquisições e as misérias, são herança de uma obediência inconsciente e inquestionável a uma autoridade que precisa ser conscientemente analisada, redefinida, questionada, limitada e por vezes arrancada das mãos de quem acumula poder através da opressão.

Se a masculinidade, segundo Guasch, se alicerça no exercício do poder (GUASCH, 2006, p. 45), esse poder poderia ser revertido através dos seus próprios dispositivos. Se a masculinidade, segundo o mesmo autor, baseou-se na arrogância e na submissão do outro para reforçar um domínio hegemônico, baseado na exclusão, no machismo e na homofobia (GUASCH, 2006, p. 21, 33), existe o espaço para a edificação de uma alternativa, quebrando uma cumplicidade entre varões que segregou sistematicamente segmentos sociais que precisam de representação.

Educado num esquema de valores tradicionais patriarcais o protagonista torna-se herói mediante o princípio freiriano de ser mais, procurando a sua humanidade e escolhendo não compactuar com a opressão e não reiterar os seus ensinamentos. Assim, o protagonista demonstra a sua coragem no enfrentamento de um sistema que reproduz violência e sofrimento interno e externo. Reconhece que os membros do Exército são vítimas de um treinamento violento que os obriga a uma obediência que, em situações desconcertantes, transforma-se em repressão de sujeitos sistematicamente marginalizados por uma realidade social profundamente desigual e elitista, como a brasileira.

Uma sociedade de desigualdades e opressões conhecidas diretamente pelo protagonista, que tem o compromisso ético de narrar o sofrimento vivido durante a sua

infância, na qual experienciou uma exclusão social que criminalizava a pobreza e que deixava poucas alternativas a quem, mesmo trabalhando duramente, como o seu pai, tinha dificuldades de sustentar a sua família e de pagar despesas essenciais. Muitas vezes, Fernando era obrigado a passar por debaixo da catraca do ônibus e era rebaixado por motoristas, quem sabe, até mais carentes do que ele e que, colocando a perna na catraca, perante os meninos ajoelhados para entrar exclamava: “Não dá. Ou paga ou desce!” (FIGUEIREDO; ARRUDA, 2008, p. 58). Apesar deste relato parecer desligado do resto da narrativa, na nossa perspectiva revela-se fulcral na interpretação deste depoimento, que pode ser lido como um ensaio acerca de uma exclusão, perpetuada por um poder que sobrevive através da negação dos seus desacertos. Neste sentido, inspirados pelas teorias foucaultianas, podemos observar as manifestações destes poderes numa perspectiva poliédrica: “não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (FOUCAULT, 1992, p. 181). Desautorizar a arbitrariedade deste domínio incondicional, cotidiano e naturalizado pode ser um primeiro passo para a reescrita de uma realidade que mostra as suas múltiplas falhas.

Ler nas entrelinhas de um livro escolar de História, pode ser um exercício de interpretação de como um mitológico heroísmo machista e beligerante é sistematicamente reproduzido através da educação formal:

De maneira explícita, algumas vezes, e de outras mais veladamente, estão ali presentes todos os mitos e idéias machistas: valorização da força, da violência, da “virilidade”, do heroísmo, da ordem hierárquica, das condutas que levam antes ao suicídio do que à rendição, da capacidade de submeter os outros pela força, da perícia em destruir e matar. A mensagem subliminar que se transmite é a de que o melhor é o mais forte e o que importa é ganhar, seja à custa do que for, ainda que seja da própria vida. (MORENO, 1999, p. 44).

A apologia deste heroísmo corresponde amiúde, implicitamente, à exaltação de genocídios, de guerras e de colonizações que derramaram sangue e que causaram e causam, ainda hoje, o sofrimento, injustificado e injustificável, de muitos seres humanos, além da miséria e da opressão de muitos povos e a legitimação da violência como meio de resolução de conflitos. Um heroísmo antiautoritário, avesso à violência, sem mártires nem vítimas, apresenta-se como uma proposta interessante no questionamento de uma integridade heroica, unívoca e mítica, que reputamos fruto de uma visão simplista incongruente com uma leitura ampla, franca e abrangente do nosso mundo.

Desconhecemos o resultado desta possível forma de reinterpretar as histórias e as circunstâncias culturais que nos rodeiam, mas decerto não sentiremos saudades de um antigamente inquestionável poder, que se dissipa suicidando-se com as suas próprias mãos e armas, já ferramenta de repressão alheia.

Contudo, dantes precisamos de desarmar os adversários do raciocínio, que reprimem diálogos que a sociedade brasileira precisa de enfrentar. O repensamento de um passado, que foi regado pelo sangue de muitos heróis, amiúde ignorados ou desconhecidos, deportados, migrados ou marginalizados num Eldorado apanágio de poucos, famoso e infame, que nunca conseguiu saciar a sua fome de esperança. Um paraíso impossível pelas muitas contradições, onde as injustiças continuam a produzir uma miséria que não podemos, de nenhuma forma, justificar, normalizar ou naturalizar.

Talvez o século XXI seja uma ocasião para desconstruir mitos, ilusões e idolatrias heroicas, mas, repensando no nosso quixotesco legado, enquanto leitores, reconhecemos a importância da palavra, do desnorreamento, da procura de caminhos, de uma deambulação, onírica e utópica, sedenta de justiça, que dá sentido à vida.

Neste sentido, avaliamos a possibilidade que este testemunho proporciona de rever paradigmas de heroísmo carregados de violência, mostrando caminhos alternativos. Possíveis heroísmos, praticáveis através de um desacordo perante normas injustas e executáveis mediante um cotidiano percurso de emancipação pessoal, que pode se tornar coletivo na análise das falhas da nossa realidade e na procura de soluções.

O percurso dos protagonistas desta obra representa um primeiro passo num caminho de conscientização que gera inúmeros questionamentos. Perguntas costuradas acima de cicatrizes que talvez nunca sararão perfeitamente. Como preanunciado no preambulo, a perfeição pertence apenas ao planeta da abstração.

Referências

ANDERSEN, H. C. A Vestimenta Nova do Imperador. In: _____. **Os Contos de Hans Christian Andersen**. Portugal: 2012, p. 121-126. Acesso: 18-12-2021.

Disponível em:

<<http://files.eshn-bibliotecaescolar.webnode.pt/200000033-b0b85b1b18/Os-Contos-H-C-Andersen.pdf>>.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENELLI, S. J. Goffman e as instituições totais em análise. In: _____. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora da UNESP, 2014. p. 23-62. Acesso: 18-12-2021.

Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-03.pdf>>.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2 ed. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 4.

CANTARELLA, E. **Secondo natura**: La bisessualità nel mondo antico. 2 ed. Milão: Feltrinelli, 2017.

DASSIN, J. Testimonial Literature and the Armed Struggle in Brazil. In: CORRADI, J.E.; FAGEN, P. W. ; GARRETÓN, M. A. **Fear at the Edge**: State Terror and Resistance in Latin America. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992. p. 161-183.

FIGUEIREDO, F. A.; ARRUDA, R. **Soldados não choram**: a vida de um casal homossexual no Exército do Brasil. São Paulo: Globo, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. [1979]. Organização e tradução de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GINZBURG, J. Entrevista de João Camillo Penna, concedida a Jaime Ginzburg, em 2 de maio de 2016. **Teresa** - Revista de Literatura Brasileira [s.l.], n. 17, p. 275-294, 2016. Acesso 11-07-2020. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/download/125614/124536/>>.

GREEN, J. N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. Acesso: 18-12-2021. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250425/mod_resource/content/1/GREEN%20C%20James.%20Alem-do-carnaval-a-homossexualidade-masculina-no-Brasil-do-seculo-XX.pdf>.

GUASCH, O. **Héroes, científicos, heterossexuales y gays**: los varones en perspectiva de género. Barcelona: Bellaterra, 2006

MANGUEL, A. **À mesa com o Chapeleiro Maluco**: Ensaio sobre corvos e escrivainhas. [2006]. Tradução: Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MENDES, J. C. **Histórias de quartel**: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina

– UFSC, Florianópolis, 2002. Acesso: 24-04-2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82796>>.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**: O sexismo na escola, Tradução: Ana Venite Fuzatto, Campinas: Moderna/ UNICAMP, 1999.

MOSSE, G. L. **La imagen del hombre**: la creación de la moderna masculinidad. Madrid: Talasa Ed., 2000.

Página | 143

OLIVEIRA, S. C. Investigação das relações de autoritarismo e poder nos textos de Caio Fernando Abreu e João Simões Lopes Neto. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**: Dossiê ÍCARO, UFSM: Santa Maria, n. 19, p. 81-90. abr. 2017. Acesso: 7-05-2019.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/download/26593/15362>>.

O que aconteceu com o primeiro casal gay a se revelar no Exército brasileiro. **Época**. [online], 3/08/2017. Acesso: 18-12-2021. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/especiais/EPOCA-1000/noticia/2017/08/o-que-aconteceu-com-o-primeiro-casal-gay-se-revelar-no-exercito-brasileiro.html>>.

POSSAMAI, P. C. Sexo e poder na Roma Antiga: o homoerotismo nas obras de Marcial e Juvenal. **Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades**. v. 4, n. 05, p. 79-94. 2010.

Acesso: 28-08-2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2313>>.

VECCHIATTI, P.R.I. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 449-470.

VELOSO, C. **Vaca Profana**, 1986.

PROBLEMATIZACIÓN DE PARADIGMAS PATRIARCALES DE HEROÍSMO: MEMORIA Y DISCURSO NARRATIVO EN “SOLDADOS NÃO CHORAM”

Resumen

Este trabajo propone una reflexión sobre el mito del heroísmo y la construcción coercitiva de la identidad masculina a partir del testimonio *Soldados não Choram* (2008), escrito por el periodista Roldão Arruda para narrar las vivencias de Fernando de Alcântara Figueiredo y Laci De Araújo, primera pareja reconocidamente homosexual en el ejército brasileño. Este texto, que presenta analogías genológicas con el testimonio latinoamericano, se considera importante en la reivindicación de una revisión de las instituciones militares en sentido democrático. En su crítica a la arbitrariedad de los poderes, reflexionando sobre la quimera de la perfección y sobre las injusticias sociales, este texto presenta implícitamente un nuevo modelo de heroísmo. Un heroísmo antiautoritario que enfrenta modelos sociales excluyentes, como el patriarcado, rediseñando una masculinidad que, históricamente ligada al poder, genera un sufrimiento externo e interno, exacerbado en el contexto militar. En este sentido, analizaremos cómo determinadas instituciones condicionaron el devenir del protagonista que, a pesar de los dominios poliédricos de los dispositivos represivos, logró afirmarse como sujeto histórico resistiendo las coacciones sociales y representando esta resistencia a través de la escritura de esta obra, que se presenta como una herramienta de reflexión sobre un micro mundo militar, raramente cuestionado de cerca.

Palabras clave

Literatura brasileña. Literatura testimonial. Masculinidades. Estudios militares. Derechos humanos.

Recebido em: 06/01/2022

Aprovado em: 17/04/2022